



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FILIPE CAVALCANTI VAZ

**O PAPEL DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO NA DINÂMICA DA  
RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ NO PÓS-SEGUNDA GUERRA  
MUNDIAL**

**BRASÍLIA**

**2021**

FILIPPE CAVALCANTI VAZ

**O PAPEL DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO NA DINÂMICA DA  
RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ NO PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL**

Monografia, apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, sob a orientação do Prof. Lucas Soares Portela.

BRASÍLIA

2021

FILIPPE CAVALCANTI VAZ

**O PAPEL DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO NA DINÂMICA DA  
RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ NO PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL**

Monografia, apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, sob a orientação do Prof. Lucas Soares Portela.

Brasília, 01 de Outubro de 2021

**BANCA AVALIADORA**

---

**Professor(a) Orientador(a)**

---

**Professor(a) Avaliador(a)**

BRASÍLIA

2021

## RESUMO

A monografia, constituída de estudo baseado em artigos científicos, utilizou-se de ferramentas teóricas e conceituais, bem como abordagens históricas para a análise realizada. Para a análise, optou-se pelo emprego combinado de dois métodos de procedimento, o método monográfico e o método histórico. Como objetivo está a investigação das características da economia social de mercado e seu papel no milagre econômico alemão, desde sua implementação na Alemanha Ocidental e os consequentes movimentos da economia e da sociedade alemã a partir dela. Para entender tais movimentos, é necessário entender conceitos construtivistas utilizados como ferramenta, assim como a teoria da Economia Social de Mercado (ESM), adotada na Alemanha Ocidental no período pós-Segunda Guerra Mundial. Por fim, após uma exposição da história das políticas econômicas adotadas pela Alemanha ao longo do século XX, as ferramentas de entendimento da formação de identidades nacionais fornecidas pelo construtivismo fazem uma ligação entre a mentalidade coletiva alemã e o crescimento e adoção da ESM na Alemanha Ocidental.

**Palavras chave:** Economia Social de Mercado. Alemanha Ocidental. Construtivismo. Identidade nacional. Milagre Econômico. Segunda Guerra Mundial.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO .....   | 6  |
| 1. IMPACTO CONSTRUTIVISMO NOS ESTUDOS ECONÔMICOS.....                          | 9  |
| 1.1    Construtivismo nas Relações Internacionais.....                         | 9  |
| 1.2    Questões econômicas dentro do construtivismo .....                      | 12 |
| 2 ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E A QUESTÃO IDENTITÁRIA .....                     | 15 |
| 2.1    Surgimento e conceito de Economia Social de Mercado.....                | 15 |
| 2.2    Identidade Coletiva e a Economia dos Estados Alemães .....              | 19 |
| 3. ECONOMIA ALEMÃ NA ERA DOS EXTREMOS.....                                     | 21 |
| 3.1    Alemanha do início do século XX .....                                   | 21 |
| 3.2    Tratado de Versalhes e o período entre guerras .....                    | 25 |
| 3.3    Economia Alemã na II Guerra Mundial e Impactos do Final da Guerra ..... | 29 |
| 4. ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E SUA DINÂMICA IDENTITÁRIA ALEMÃ.....            | 33 |
| 4.1    Recuperação Alemã no Pós-Guerra .....                                   | 33 |
| 4.2    Papel da Economia Social de Mercado Alemã na União Europeia .....       | 37 |
| 4.3    Economia Social de Mercado e a Identidade Coletiva Alemã.....           | 40 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 43 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 44 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordou a questão da recuperação da economia da Alemanha Ocidental no pós-II Guerra. Foram analisadas as consequências do modelo da economia social de mercado alemão nas dinâmicas econômicas da Alemanha Ocidental, levando à recuperação do país das condições do pós-segunda guerra mundial.

Para essa análise, foi observado o seguinte problema de pesquisa: como o modelo da economia social de mercado alemã atuou nas dinâmicas econômicas da Alemanha Ocidental para recuperar o país das condições do pós-segunda guerra? Assim, o objetivo geral do trabalho foi: investigar as características da economia social de mercado desde sua implementação na Alemanha Ocidental e os consequentes movimentos da economia e da sociedade alemã.

Dessa forma, buscou-se entender o contexto econômico e social da Alemanha Ocidental no início do século XX, no período entreguerras e no pós-Segunda Guerra Mundial; o contexto da origem da Economia Social de Mercado e suas características; a recepção da Alemanha Ocidental às novas direções da economia assim como sua mentalidade; os mecanismos fiscais e monetários adotados pelo Estado Alemão ocidental e suas principais políticas econômicas; os dados econômicos e sociais da Alemanha Ocidental ao longo da atuação da Economia Social de Mercado no período do milagre econômico alemão; o papel da cultura e da identidade alemãs no período de implementação da Economia Social de Mercado; a relação entre a mentalidade da sociedade alemã e a dinâmica entre agentes e estrutura, sob a luz da teoria construtivista.

A idealização deste trabalho foi realizada a partir de estudos sobre a economia e os modelos econômicos dos diversos países, em especial o da Alemanha Ocidental, e a partir da percepção dos resultados econômicos positivos do país. Fator igualmente importante foi a percepção do equilíbrio funcional apresentado pelo modelo alemão entre a economia de mercado e o Estado de bem-estar social. O presente estudo contribui para as discussões que têm crescido no mundo nos últimos anos sobre as melhores e mais éticas abordagens econômicas a serem adotadas para combater problemas como o desemprego, a pobreza, as questões dos direitos trabalhistas, entre outros. Desse modo, o problema se relaciona fortemente com o contexto social dos países na medida em que as discussões sobre políticas econômicas, as quais

determinam o progresso social dos Estados, geralmente apoiam-se nos diversos modelos econômicos dos países como exemplos para a construção das ideias e dos argumentos.

A teoria construtivista das Relações Internacionais (RI) pode ajudar na compreensão do processo de implementação da economia social de mercado na Alemanha Ocidental. Partindo de premissas como o entendimento do mundo ser construído à medida que atores agem, as ideias e valores que informam a relação dos agentes com o mundo material serem centrais para a construção do conhecimento desse mundo, e a negação da anarquia como uma estrutura que define as RI, o construtivismo será utilizado para entender a atuação dos elementos subjetivos presentes nesse processo de aplicação de uma nova ideologia econômica.

A dinâmica entre estruturas e agentes na construção da realidade pode ajudar a entender a evolução que levou os alemães a aceitarem o novo modelo econômico do pós-segunda guerra mundial, enquanto a ideia da formação de identidade pode explicar o papel da mentalidade dos alemães na época, a qual encaixou bem com o modelo da economia social de mercado

Em termos metodológicos, essa pesquisa utilizou como método de abordagem o dedutivo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.106), esse é um método “que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)”. Assim, utilizou-se nessa análise de ferramentas teóricas e conceituais, bem como abordagens históricas para compreender a política econômica da Alemanha Ocidental após a segunda guerra.

Dessa forma, optou-se pelo emprego combinado de dois métodos de procedimento, a saber, método monográfico e método histórico. Aquele permite observar um fenômeno social específico com finalidade de obter uma generalização acerca do objeto de estudo analisado (MARCONI; LAKATOS, 2003), sendo utilizado nessa pesquisa para evidenciar as particularidades da economia alemã na segunda metade do século XX. Por meio dessa contribuição foi possível prosseguir com o método histórico na resolução do problema proposto. Por sua vez, o método histórico é definido por Marconi e Lakatos da seguinte forma:

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.107).

Por meio desse método foi possível utilizar as conclusões obtidas por meio do método monográfico para compreender como a relação entre a identidade/mentalidade coletiva e a economia alemã resultou no desenvolvimento da Alemanha Ocidental no século XX. Diante do exposto foi adotada como técnica de pesquisa documentação indireta, que abrange pesquisa documental e a bibliográfica (MARCONI E LAKATOS, 2003). Assim, utilizou-se de fontes primárias e secundárias, como por exemplo, o Tratado de Versalhes e livros acadêmicos, respectivamente.

O universo utilizado nessa monografia é composto pelos ciclos econômicos da Alemanha, sendo a amostra do tipo não probabilista, ou seja, não fazendo uso de tratamento estatístico (MARCONI E LAKATOS, 2003), afinal trata-se de um objeto social. Assim, optou-se em ter como amostra ciclos econômicos da Alemanha Ocidental no século XX.

Em relação à delimitação do tema, essa foi realizada a partir de dois critérios: espacial e temporal. Como já evidenciado, a delimitação espacial da pesquisa é a Alemanha, enquanto a temporal se tratou de um recorte longitudinal, ou seja, observando a segunda metade do século XX. Ainda sobre essas delimitações, cabe tecer algumas considerações. Enquanto a análise se voltou para a Alemanha Ocidental, o fenômeno analisado foi o que ficou conhecido como “milagre econômico”, ou seja, o período de recuperação e rápido crescimento econômico do país após a segunda guerra. Além disso, o objetivo foi entender o papel especificamente da política econômica adotada no processo do milagre, em vez da política externa e das dinâmicas internacionais em relação ao país.

Quanto à estrutura, o primeiro capítulo abordará a teoria construtivista, com algumas características de suas vertentes mais conhecidas e como o estudo da economia está presente no construtivismo. O segundo capítulo contextualizará o surgimento da Economia Social de Mercado e explicará suas características, assim como explorará a questão da identidade coletiva. No terceiro capítulo, serão expostos elementos principais da situação econômica da Alemanha no início do século XX, no período entre guerras e no pós-Segunda Guerra e os principais resultados deixados pelos conflitos desse século.

Por fim, após já abordadas, nos capítulos anteriores, as questões e conceitos principais que guiarão este trabalho, em um primeiro momento, o quarto capítulo explicará a participação da Economia Social de Mercado no fenômeno do milagre econômico alemão. Em um segundo momento, em conclusão, será feita uma análise da relação entre a questão da identidade coletiva alemã — derivada principalmente dos conflitos internacionais do século XX — com a escolha



do modelo econômico da Economia Social de Mercado pela Alemanha Ocidental no pós-Segunda Guerra.

## **1. IMPACTO CONSTRUTIVISMO NOS ESTUDOS ECONÔMICOS**

Entende-se que as Relações Internacionais (RI) passaram por 3 grandes debates. O primeiro, o debate ontológico, buscava definir o objeto de estudo das RI. O segundo, metodológico, passando principalmente pelos métodos tradicional e positivista, buscava definir como se estudar as RI. O terceiro debate, epistemológico, buscava definir o que são as RI como disciplina, e ficou conhecido pela discussão “neo neo”, entre as teorias neoliberal e neorrealista.

### *1.1 Construtivismo nas Relações Internacionais*

A teoria construtivista no estudo das Relações Internacionais teria levado a discussão acadêmica de volta ao primeiro debate (ontológico), uma vez que ela volta a discutir a natureza do que se deveria estar estudando (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Em contraposição ao materialismo das teorias clássicas, que focavam suas análises em capacidades bélicas e econômicas, o construtivismo argumenta que o importante nas RI está na verdade no âmbito social, não no material. Assim, o mundo social e político não seria objetivo, independente da consciência humana, mas subjetivo, conforme as construções de valores de cada sociedade. Ademais, as ideias dos atores internacionais constituem a estrutura desse sistema e, portanto, o foco da análise deveria estar nessas ideias e no modo com que elas se manifestam entre os agentes.

O construtivismo começa a ganhar força nas Relações Internacionais quando, após o fim da guerra fria, com a análise realista predominando, o equilíbrio de poder que de acordo com os neorrealistas ocorreria em reação à supremacia dos Estados Unidos não ocorreu. De acordo com Jackson e Sorensen (2018, pp.370), “O argumento construtivista é de que a incerteza neorrealista está intimamente ligada ao fato de a teoria ser extremamente parcimoniosa e materialista”. Os autores também afirmam que alguns elementos neorrealistas são aceitos por liberais para suas análises, o que os tornou alvo das críticas construtivistas, e

ainda que apesar de haver um encontro entre as ideias liberais e construtivistas, estes focam menos na agenda e mais no papel do pensamento e das ideias em geral.

No que se refere à questão da anarquia do sistema internacional, em especial em relação à visão realista, os construtivistas, ao partirem da sua concepção sobre a dinâmica entre estruturas e atores, chegam a uma conclusão menos rigorosa a respeito de uma anarquia que imutavelmente dita comportamentos. Como a estrutura, as regras e condições que orientam a ação social não definem as ações dos atores de forma rígida, esses atores podem transformá-la ao atuar sobre ela de novas maneiras, conforme explicado por Jackson e Sorensen (2018).

Como destacam Nogueira e Messari (2005), os construtivistas concordariam com 3 premissas básicas. Primeiramente a premissa de que o mundo não é predeterminado, mas é construído à medida que os atores agem, e a interação entre os atores seria a responsável pela construção dos seus interesses. Em segundo lugar, a co-constituição entre agentes e estrutura. Os agentes não precedem a estrutura nem a moldam de acordo com seus interesses, assim como as estruturas também não precedem os agentes nem podem limitar suas ações. Em terceiro, encontra-se a relação entre materialismo e idealismo. Os construtivistas entendem que as ideias que orientam as relações entre o agente e o mundo externo são centrais na construção do conhecimento sobre esse mundo. Apesar de não desconsiderar esse mundo objetivo, entendem que ele só faz sentido se os valores e as ideias orientadoras forem usados como base para a interpretação do mundo externo.

Nogueira e Messari (2005) destacam alguns autores principais que representam algumas vertentes do construtivismo nas Relações Internacionais. Friedrich Kratochwil, ao buscar conhecimentos na área da linguística, destacou-se como um dos principais representantes da virada linguística das Relações Internacionais. A partir do estudo das regras e normas que direcionam os discursos, ele buscou entender as regras que permitem apreender a realidade, e isso seria possível pelo entendimento de que a linguagem usada para se referir à realidade direciona a compreensão existente sobre essa realidade. De acordo com Kratochwil (1984), as normas não são “causas” para o comportamento, mas são parte da deliberação necessária para fazer uma escolha.

Seguindo a linha de Kratochwil, Nogueira e Messari (2005) apresentam Nicholas Onuf, com o entendimento de que tudo está em constante evolução. Os conceitos tidos como “imutáveis” em teorias clássicas de Relações Internacionais seriam na verdade construções sociais frutos de regras, e poderiam ser transformados pelos processos da dinâmica nas relações

entre agentes e estrutura. A partir dessa concepção, o principal argumento construtivista de Onuf é o de que o sistema internacional deve ser entendido como uma “sociedade heterônoma”, em vez do conceito clássico de “sociedade anárquica”. A anarquia do sistema seria uma condição socialmente construída, portanto, passível de transformações e por isso não seria a natureza imutável do sistema.

Alexander Wendt é também citado com sua famosa contribuição sobre o tema da anarquia, inclusive é dele a famosa frase construtivista “A Anarquia é o que os Estados fazem dela”. Ele contra argumenta a visão clássica de que a anarquia do sistema internacional, que pode ser sintetizado pelo quadro abaixo:

**Quadro 1.1 - Comparação entre visões sobre a anarquia e o sistema internacional**

| Posições              | Sistema Internacional   |
|-----------------------|---|
| <b>Neorrealista</b>   | Anárquico; desconfiança, busca pela sobrevivência e conflitos prevalecem no sistema.  |
| <b>Neoliberal</b>     | Anárquico; a realidade da interdependência faz os estados cooperarem, o que atenua os conflitos.  |
| <b>Construtivista</b> | Anárquico enquanto os Estados agirem de acordo com essa anarquia. Anarquia não é natureza, é a consequência de um conjunto de práticas. |

Fonte: Elaboração própria baseada em Wendt (1992)

Conforme observado, as abordagens teóricas clássicas impõem unicamente os elementos de competitividade, conflito, sobrevivência; a dinâmica nela presente na verdade depende dos interesses e ações dos Estados. Por meio do argumento de Wendt (1992), os conceitos de “autoajuda” (*self-help*) e “anarquia” são analisados para demonstrar que a visão egoísta das questões de segurança não são uma parte constitutiva da anarquia, além de demonstrar como políticas de poder competitivas podem surgir de interações entre Estados onde a anarquia não tem um papel indutivo. Nas palavras de Wendt:

Os estados agem de maneira diferente em relação aos inimigos e em relação aos amigos porque os inimigos apresentam ameaças e os amigos não. Anarquia e distribuição de poder são insuficientes para nos dizer quem é qual. (...) A distribuição de poder sempre pode afetar os cálculos dos estados, mas como esses cálculos são afetados depende das compreensões e expectativas intersubjetivas — sobre a "distribuição de conhecimento" — que constituem suas concepções de si mesmo e dos outros (WENDT, 1992, p. 397).

Nogueira e Messari (2005) trazem que Wendt, por uma crítica à abordagem das teorias dominantes sobre as identidades, que as consideravam como predeterminadas, trouxe que elas são geradas pelas relações entre os atores, estando sujeitas a mudanças — o que, por sua vez, pode modificar a dinâmica da anarquia. Além disso, explicam que alguns consideraram que o autor poderia ser uma ponte de ligação importante entre o construtivismo e as teorias dominantes de Relações Internacionais, uma vez que era bastante cientificista estadocêntrica.

Pelo cientificismo, poderia ser considerado um autor que saberia lidar com a crítica dos pós-positivistas por entendê-la ao mesmo tempo que não descarta o caráter científico do conhecimento a ser produzido. Pelo estadocentrismo, que poderia ser uma concessão às correntes dominantes, acabou sendo considerado por elas a força da contribuição de Wendt para as RI. Apesar disso, especialmente após 1999, o cientificismo de Wendt foi criticado por outros autores, e esse autor chegou a ser bastante criticado pelos pós-positivistas.

Outras contribuições construtivistas foram sendo consolidadas, evidenciando a existência de vários tipos de construtivismo, de características positivistas até pós-modernas. Nogueira e Messari (2005) concluem que o positivismo pode ser considerado um meio termo entre liberalismo e realismo com contribuições pós-positivistas. Entre os construtivistas, no entanto, existem autores que se dão foco em elementos diferentes e, portanto, podem apresentar-se fora dessa conclusão.

### *1.2 Questões econômicas dentro do construtivismo*

As dinâmicas e sistemas econômicos são estudados a partir de várias perspectivas e ferramentas. Elas são apresentadas por meio de abordagens mais voltadas à microeconomia, com foco no comportamento de entidades menores como as empresas, famílias e os indivíduos, até abordagens sobre macroeconomia, com foco em fatores que afetam a economia como um todo, em escala nacional e internacional.

Vladimír Bureš e Petr Tučník (2014) trazem que há duas questões dominantes na criação de modelos econômicos. Primeiramente, esse estudo é tradicionalmente baseado em ferramentas econométricas, as quais foram os principais meios de averiguação da veracidade

das hipóteses criadas. Eles, portanto, se voltam a cálculos e à estatística ao aplicarem modelos matemáticos para o entendimento das relações entre as variáveis econômicas encontradas.

Em segundo lugar, a maioria dessas abordagens geralmente falhariam ao lidar com o elemento da complexidade, o qual está presente nos sistemas econômicos reais — e que costumam não ser tão considerados nos sistemas teóricos tradicionais. A criação de modelos baseados nos agentes dos sistemas, de acordo com os autores, é um fator que pode ajudar a atenuar esses dois problemas principais das abordagens tradicionais.

A criação de modelos baseada nos agentes (*agent-based modelling*) já seria amplamente usada em muitas disciplinas. Ela tem três princípios principais: há uma infinidade de objetos que interagem uns com os outros e com o ambiente; os objetos são autônomos (portanto, eles são chamados de agentes), um controle sobre seus comportamentos não é admitido; e o resultado de sua interação é numericamente computado (BUREŠ; TUČNÍK, 2014). Esse modelo, com seus elementos construtivistas, traz uma nova percepção para as análises econômicas, adequando-as à complexidade da economia e diferenciando-as das abordagens clássicas.

Scheuer e Maziarz (2019) fazem uma análise por meio do construtivismo para mostrar como decisões metodológicas moldam os resultados dos modelos criados. Os autores afirmam que as teorias de filosofia da economia contemporâneas são constituídas principalmente de premissas neopositivistas e do realismo científico. Além disso, são apresentados quatro pressupostos básicos da história econométrica (*cliometrics*), uma abordagem quantitativa da história econômica baseada em análises estatísticas de dados numéricos, associada à visão lógico-positivista.

Primeiramente, é apresentada a distinção entre teoria e observação: os positivistas lógicos dão maior foco nas observações, as quais teriam menor chance de erro quando comparadas com as teorias. Em segundo lugar está o compromisso semântico. O realismo científico aceitaria três dimensões: semântica, ôntica e epistemológica.

De acordo com a dimensão semântica, as afirmações extraídas de teorias seriam tornadas verdadeiras ou falsas pela forma como o mundo econômico é. A partir dessa adoção, do realismo científico, entende-se que dadas duas relações aparentemente contrárias, apenas uma pode ser verdadeira. Em terceiro, pela teoria causal da referência, um referente (o elemento do mundo concreto) existiria independente da sua descrição teórica (teorias diferentes referem-se as mesmas entidades de formas diferentes).

Em quarto lugar, por fim, está o realismo convergente. Acredita-se que teorias mais desenvolvidas estão mais perto da verdade. A partir do entendimento de que a ciência se desenvolve ao longo do tempo e assim as teorias subsequentes aparecem mais próximas da verdade.

Partindo dessas premissas básicas dominantes no campo da economia, é contraposta a elas uma visão construtivista, que parte do ponto de que a realidade considerada objetiva não é independente da cognição e não pode ser descoberta. Ela seria na verdade uma construção baseada em um determinado tipo de pensamento. Desse modo, não haveria nada objetivo ou independente, pois os fatos estariam expressando algum tipo de pensamento coletivo. Nessa abordagem construtivista do modelo macroeconômico, haveria ainda dois elementos essenciais:

Primeiro, de acordo com a filosofia construtivista da ciência, os fatos não são determinados pela "realidade", mas por pressuposições determinadas pelo estilo e previamente teorias aceitas. Em outras palavras, todo o conhecimento é holístico em sua natureza e compreensível apenas dentro do estilo particular. Em segundo lugar, este processo infinito de criação e recriação de fatos é uma consequência das mudanças nos significados e nas relações entre os conceitos presentes em certo tipo de pensamento (SCHEUER; MAZIARZ, 2019, p. 12).

Por fim, nas palavras dos autores sobre o destaque que uma análise construtivista gera sobre o aspecto construtivo da pesquisa empírica:

“Em primeiro lugar, os resultados da pesquisa macroeconômica empírica dependem dos métodos empregados pelos cliometristas (elementos ativos do conhecimento). Segundo, considerando que é impossível comparar fatos construídos com a realidade por outros meios que não empregando os elementos ativos do conhecimento, o que é observado (os fatos científicos) é consequentemente estabelecido em um discurso intercoletivo” (SCHEUER; MAZIARZ, 2019, p. 14).

A visão construtivista na economia, portanto, aborda principalmente os pressupostos que sustentam as teorias econômicas dominantes, contribuindo com os elementos de construção social e de interpretação subjetiva da realidade, especialmente com as questões de ideias coletivas, para realizar análises e montar teorias na área econômica.

## 2 ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E A QUESTÃO IDENTITÁRIA

Após a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha estava enfraquecida em todos os aspectos. Entre eles, destacam-se a economia devastada e a baixa produção industrial e de alimentos, além da vigência de leis do partido nacional socialista, que atrapalhavam a retomada do crescimento do país, como o racionamento de alimentos, controle de preços e alta taxa de impostos.

Nesse contexto, e com uma forte vontade de fazer um contraponto ao regime nacional-socialista, surge a economia social de mercado, cuja ideia central era a de que a vantagem de um livre mercado, sendo primeiramente a eficiência de produção, fosse combinada com um forte componente social, estabelecendo assim um terceiro caminho entre o Socialismo e o Liberalismo (ZELLER, 2012).

### 2.1 Surgimento e conceito de Economia Social de Mercado

O final das duas guerras mundiais fez crescer na Alemanha as discussões acerca de questões fundamentais da vida econômica e social. O conceito de liberalismo *laissez-faire*<sup>1</sup> estava sendo repensado especialmente por dois fatores: pela Revolução Russa de 1917, na qual a teoria econômica marxista passou a ser implementada em políticas econômicas, e pelos receios sobre o pensamento liberal do século XIX, pelo qual o mundo permaneceria pacífico pela cooperação econômica, uma vez que ainda assim houve uma grande guerra (WATRIN, 1979). Um forte argumento posteriormente levantado por pensadores voltados a uma economia de mercado contra o próprio liberalismo clássico era o de que ele:

Embora tenha conseguido libertar o homem dos laços da sociedade pré-industrial, a eliminação dos privilégios sociais, juntamente com a introdução da liberdade econômica e a renúncia à intervenção do Estado nos mercados privados foram insuficientes para fornecer garantias de longo prazo da própria ordem liberal (WATRIN, 1979, pp. 412)

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para sinalizar o liberalismo econômico de forma radical, onde o governo assume uma participação mínima, com poucas regulamentações e intervenções nas estruturas econômicas

Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha passou por um curto período de recuperação, do final do ano de 1923 até a crise de 1929. Watrin (1979) explica que questões acerca da ordem econômica e social além da inflação e das reparações não atraíram muito interesse. O autor ressalta ainda, no entanto, três publicações importantes contra a tendência intervencionista vigente que vieram a contribuir com algumas ideias importantes no debate pós-Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, Ludwig von Mises (1929), com sua demonstração de que políticas de controle de preços por parte do governo sempre falhariam, levando a uma falha na alocação de recursos. Além dele, Watrin (1979) cita Alfred Müller-Armack, cujo publicação emitiu sua visão acerca de políticas, questões como flutuação no desemprego, preços, investimentos, lucros etc. em um Estado liberal. Por fim, o autor ainda lembra de Wilhelm Röpcke, que em 1928 apresentou uma crítica ao princípio do *laissez-faire* ainda que de uma posição ainda liberal, afirmando que deve haver algum grau de intervencionismo.

Após a Primeira Guerra Mundial, a redução da simpatia com as políticas econômicas liberais foi intensificada, em parte, pela opinião pública, principalmente, a partir da grande crise econômica de 1929. Os precursores da Economia Social de Mercado estariam enfrentando circunstâncias inibidoras para o crescimento da teoria. Após a guerra havia os obstáculos naturais causados pela destruição e o enorme impacto na vida pública.

Como consequência, a vida política estava “demorando a ganhar *momentum*” (WATRIN, 1979), e tudo isso em um contexto em que crescia a opinião dos tomadores de decisão de que somente uma aderência a políticas de planejamento central seria uma ação socialmente correta, tornando uma mudança para um sistema econômico baseado em princípios de livre mercado mais difícil de ser realizada.

Apesar do contexto desfavorável para a implementação de políticas econômicas mais voltadas ao livre mercado, no entanto, a política de controle central chegou ao fim no ano de 1948. A opinião geral era influenciada pelos quase 30 anos de experiência com tomadas de decisão e com os resultados de novas políticas desde a década de 1920 até o final da Segunda Guerra Mundial. Watrin (1979) explica que no período pós-1945 não parecia haver fortes divergências na Alemanha sobre o melhor meio de lidar com os meios de produção: o público geral era a favor de retornar a uma economia de mercado uma vez que, com o fim da guerra, as restrições impostas por ela poderiam ser liberadas. Os principais argumentos econômicos e políticos tiveram forte papel nessa opinião geral: economistas liberais ganhavam força com o argumento de que



A disfunção de uma economia controlada produziu uma quantidade terrível de ineficiência. em particular, a abolição do mercado e a eliminação dos mecanismos de preços não apenas distorceu a estrutura de preços e custos, mas também frustrou qualquer interesse em empenhar esforços econômicos em uma base legal entre as pessoas (WATRIN, 1979, p. 411).

E havia ainda uma visão a favor de um retorno à economia de mercado baseada na questão do tolhimento da liberdade:

Mesmo depois da queda da ditadura, a centralização econômica provou ser altamente prejudicial à liberdade humana uma vez que a falta de incentivos econômicos muitas vezes exigia o uso de coerção do trabalho a fim de manter um nível mínimo de produção. Dessa forma, os controles econômicos resultaram em uma ampla paralisia do comércio e da indústria (WATRIN, 1979, pp. 411).

Por fim, o autor explica que, na visão de Alfred Müller-Armack — um dos idealizadores da Economia Social de Mercado — um grande problema a ser enfrentado era a falta de concorrência genuína entre os fatores de produção, o que atrapalhava o bom funcionamento da dinâmica econômica que poderia oferecer soluções para os outros grandes problemas do pós-guerra. Políticas favoráveis ao mercado seriam, portanto, importantes para incentivar a cooperação econômica e favorecer os processos de solução de problemas.

Tomando como base essas discussões, relevantes no contexto de formulação da Economia Social de Mercado, dois economistas principais articularam suas ideias e desenvolveram a teoria, possibilitando seu surgimento. Primeiramente, Walter Eucken, economista alemão da escola de Freiburg, que durante a Segunda Guerra Mundial fundou o conceito de Ordoliberalismo, o qual surgiu como reação ao regime de ditadura e buscava fazer a economia seguir regras criadas pelo Estado com o intuito de beneficiar a sociedade como um todo. Eucken acreditava que a liberdade política era dependente da liberdade econômica e, portanto, a primeira não seria alcançada sem a última. Posteriormente, liderado por Alfred Müller-Armack, então professor de economia da universidade de Münster, outro grupo se juntou ao Ordoliberalismo, trazendo o pensamento influenciado pela Doutrina Social da Igreja, que considera o ser humano como centro e razão maior para o funcionamento da economia (ZELLER, 2012). Dessas fontes principais foi desenvolvido a *Soziale Marktwirtschaft*, a Economia Social de Mercado.

Karsten (1985) explica que a ideia de Walter Eucken de um mecanismo funcional de livre mercado apenas garantiria liberdade, dignidade humana e justiça se fosse prudentemente guiado. Era essa abordagem no sistema econômico que, de acordo com ele, permitiria maior eficiência não só no âmbito econômico, mas também no social:

A posição de Eucken é de que as políticas econômicas devem ser racionais, livres de ideologia e com o objetivo principal de uma economia de mercado funcional. Isso envolve uma abordagem integrada e não fragmentada, combinando as vantagens da competição com preocupações por justiça e equidade', característica de uma "economia social de mercado." (KARSTEN, 1985, pp. 170).

De acordo com Zeller (2012), a Economia Social de Mercado se baseia em quatro princípios: responsabilidade pessoal, subsidiariedade, solidariedade e, por fim, consenso. Pela responsabilidade pessoal, entende-se que as pessoas têm melhor desempenho e desenvolvimento quando motivadas por iniciativa própria. No contexto econômico, esse princípio leva a uma maior autonomia do indivíduo com a maioria das regras do Estado, voltadas para garantir um exercício mais justo e eficiente dessa autonomia.

Pela subsidiariedade, busca-se solucionar problemas primeiramente pelas entidades menores de uma determinada organização. Na organização do Estado alemão, o problema seria tratado, por exemplo, primeiramente por um município. O princípio, desse modo, garante maior autonomia aos municípios e distritos, entidades menores do Estado.

A solidariedade, por sua vez, foca na responsabilidade de cada um pelos outros, especialmente os com menos possibilidades. Ela visa a melhora da convivência e dos ambientes por meio de instituições mais estáveis e melhores condições para a cooperação, com o objetivo final de melhor desenvolver a sociedade.

Por fim, o consenso refere-se à busca por uma concordância em defender interesses que levem a objetivos comuns. A paz social apresenta-se como um pré-requisito para o bom funcionamento de uma sociedade — e de uma economia — tornando a defesa de interesses voltados a ela legítima por buscar um objetivo consensualmente bom.

Desse modo, buscando a eficiência produtiva do liberalismo econômico, mas sem se distanciar de uma responsabilidade social constantemente explorada principalmente pelas teorias marxistas, desenvolve-se a ideia da Economia Social de Mercado, que influenciou as decisões de Ludwig Erhard, ministro econômico da Alemanha Ocidental entre 1949 e 1963.

## *2.2 Identidade Coletiva e a Economia dos Estados Alemães*

Existem muitas perspectivas para se abordar a questão da identidade coletiva. Figlio (2011) a associa a uma memória coletiva, explicando que memórias e histórias são o que mantêm a identidade unida. Apesar desse caráter de união, a identidade, por não ser imutável, apresentaria uma tensão de dissolução, devido a elementos e circunstâncias externos que constantemente a incentivariam a mudanças. Ocorreria, então, uma divisão na sociedade entre grupos que se diferenciam em algum grau, dando origem aos grupos políticos, religiosos, econômicos etc., ao mesmo tempo que são atraídos ao mesmo sistema em que estão inseridos, o que alivia a tensão mitigando conflitos e garante certa estabilidade ao ambiente. Desse modo, recordações e histórias consolidariam o senso de identidade, ao mesmo tempo em que ofereceriam meios pelos quais as consequentes tensões poderiam ser mitigadas por processos políticos, atividades e análises culturais (FIGLIO, 2011).

Uma perspectiva que contribui para o entendimento da questão é a de uma associação do processo de formação da identidade individual com a identidade da própria nação, ressaltando o elemento da narrativa no processo:

A ideia de narração explica que os indivíduos adquirem uma identidade ao transmitir as experiências muitas vezes discordantes e conflitantes e eventos de seu passado como uma história coerente para os outros. Os elementos da narrativa, ou seja, as diferentes experiências e eventos, podem ser organizados e reorganizados, interpretados e reinterpretados para resolver discontinuidades e mudanças (HERB, 2004, pp. 141).

Herb (2004) ainda explica que para entender o surgimento das tradições nacionais, as quais fazem parte da identidade, é preciso relacioná-las com uma forma de memória coletiva e sua premissa de que apenas elementos do passado que um grupo é capaz de reconstruir dentro do seu contexto cultural são memorizados. As memórias ganham relevância e se tornam mais concretas ao relacioná-las com símbolos, ritos culturais e de pertença, manifestações artísticas etc. surgindo, desse processo, as tradições. Portanto, narrações de identidade nacional não seriam unicamente construções da linguagem, mas seriam “constituídas em contextos sócio-histórico e espaciais concretos” (HERB, 2004, pp. 142).

Com isso em mente, pode-se entender a busca da identidade coletiva alemã após a derrota na Segunda Guerra Mundial como um caso muito relevante e complexo de estabelecimento da memória coletiva, principalmente por sua circunstância de reconstrução e desnazificação. Essa reconstrução — não apenas econômica, mas também social e moral — da Alemanha e as questões relacionadas de reconhecimento e culpa e de restituição aos judeus e ao Estado de Israel constantemente manifesta-se na memória popular alemã (FIGLIO, 2011).

Pode-se entender, por fim, que havia ainda um sentimento coletivo de nação na sociedade, mas com movimentos de separação e repressão do passado nazista, excluídos alguns grupos restantes que ainda simpatizavam com o nazismo. De acordo com Figlio (2011), alguns historiadores viam a Alemanha Ocidental como uma criação artificial dos aliados, privada de qualquer identidade própria. O país apresentava-se no geral, portanto, em busca de sua identidade, mas com a ideia de nacionalismo manchada pela história que estava enraizada na memória popular, e agora com os sentimentos de culpa e repressão em relação aos elementos realmente nazistas.

Para satisfazer os desejos emergentes de reconciliação, reconhecimento e pertença dos alemães, Konrad Adenauer, ex-chanceler federal da Alemanha, buscou redirecionar o país para a direção oposta à de que tinha vindo e que tanto preenchia negativamente a mentalidade coletiva. Isso significava redefinir principalmente o antiliberalismo, o militarismo e o nacionalismo, substituindo-os por liberalismo, pacifismo e supranacionalismo, e aplicá-los na organização dos estados e do próprio país (BERENSKOETTER, 2003).

A estrutura e organização política e econômica dos estados alemães refletiram essa postura de quebra com o passado que alimentava a mentalidade e a nova — ainda em construção — identidade alemã. Nesse contexto, destaca-se a questão da subsidiariedade, incorporada como princípio na Economia Social de Mercado, que, de acordo com Hermany e Arguilar Camargo (2019), busca a junção do federalismo e da solidariedade com uma correlação entre autonomia, integração e cooperação.

No período de reconstrução de Adenauer, houve forte presença de elementos de seguridade social para atuar junto com as forças do mercado; esses elementos combinados com a política acomodaram demandas sem gerar confrontos. Ademais, as associações e as políticas de consenso vieram a se tornar a base da sociedade cooperativa (HERMANY; ARGUILAR CAMARGO, 2019).

As intervenções do Estado, portanto, deveriam seguir a subsidiariedade, ou seja, deveriam ser um último recurso quando os demais entes falham, visando um fortalecimento das comunidades alemãs, especialmente associações e sindicatos. Essa medida reafirma a intenção de um afastamento do planejamento central e da mentalidade adotados no passado e evidencia ainda toda uma estrutura do Estado preocupada em evitar o uso da força para inibir conflitos, e dar maior autonomia, liberdade e um ambiente propício para o desenvolvimento da sociedade.

### 3. ECONOMIA ALEMÃ NA ERA DOS EXTREMOS

De acordo com Braun (2003), pode-se identificar tendências na história econômica alemã do século XX, que também estariam relacionadas à lógica do desenvolvimento econômico das nações industrializadas ocidentais durante o século. Uma dependência com o comércio internacional, uma taxa de natalidade em declínio e alguns fatores relacionados à industrialização, como a urbanização, a concentração industrial, diminuição da agricultura, estagnação do setor secundário e crescimento do terciário de serviços são elementos presentes na história econômica alemã ao longo do século XX.

#### 3.1 Alemanha do início do século XX

A partir do ano de 1888, com a morte do imperador Friedrich III, seu filho, Wilhelm II (Guilherme II) assumiu a posição de imperador Alemão reinando sobre o *Königreich Preußen*, o reino da Prússia, e governou até o fim da Primeira Guerra Mundial. Após um breve período de democracia parlamentarista chamado de República de Weimar, o regime Nazista, que ficou conhecido como *III Reich*, por ser considerado o terceiro império alemão, começou a ser instalado em 1933 com a escolha de Adolph Hitler para chanceler do país. Com o final da Segunda Guerra Mundial, no entanto, após a divisão da Alemanha em duas grandes regiões, ocidental e oriental, surge a *Federal Republic of Germany* (FRG) designando a parte ocidental, a qual ficou conhecida por seu “milagre econômico”.

O começo do século XX na Alemanha foi a segunda metade de um governo iniciado no final do século XIX, o reinado de Guilherme II. O país, que já tinha concluído sua fase inicial de industrialização, passava, na primeira metade do século XX, por uma transformação em

Estado industrial, deixando de ser um Estado agrário. Com produção industrial crescente, destacando-se a produção de metal, e com taxas de produção maiores que outros Estados, o país que tinha 49% de sua população empregada no setor primário em 1871 teve essa taxa diminuída para 35,2% em 1907, enquanto a taxa de pessoas empregadas em indústrias, no mesmo período, foi de 31% para 40% (BRAUN, 2003).

A indústria pesada alemã beneficiou-se de políticas protecionistas do Estado e não demorou para aumentar sua participação no mercado internacional. Como explica Braun (2003), esse aumento teve destaque nas chamadas “novas indústrias”, por exemplo as químicas e elétricas, diferente das tradicionais indústrias de bens de consumo, principalmente a têxtil. Um dos fatores que explica esse destaque está relacionado à industrialização tardia alemã, visto que esse atraso garantiu uma vantagem aos empresários: eles puderam evitar os erros cometidos pelos britânicos, pioneiros da revolução industrial, e assim negligenciaram as indústrias tradicionais para concentrar seus esforços nas novas emergentes.

No que se refere ao sistema econômico vigente, segundo Hardach (1980), até o ano de 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, os Estados europeus, com exceção da União Soviética, possuíam em geral o mesmo sistema econômico, com poucas diferenças entre eles: uma economia de mercado não muito regulamentada, ainda que com alguma intervenção estatal. Desse modo, as decisões em relação à produção e ao consumo eram tomadas por entidades econômicas menores e individuais, enquanto todas as decisões econômicas eram baseadas nos sinais dados pelos preços, os quais eram determinados pela própria dinâmica de oferta e demanda dos bens, serviços e fatores de produção.

Existe, sobre o tema do modelo econômico da Alemanha no início do século XX, a visão de um “capitalismo organizado”, mas que se mostra inadequada para explicar a organização econômica do país no período:

Frequentemente, o sistema econômico alemão do final do século XIX e início do século XX é chamado de "capitalismo organizado" como oposição ao "capitalismo de livre concorrência" que supostamente o precedeu. As principais características do "capitalismo organizado" são a concentração de capital, a regulação do mercado por administrações formais, hierárquicas e burocráticas, pressão crescente de interesses organizados para influenciar a tomada de decisão política do Estado e intervenção sistemática do estado na economia (BRAUN, 2003, p. 21).

Apesar deste conceito poder contribuir se usado em uma investigação heurística, de acordo com Braun (2003) ele seria inadequado se aplicado para explicar o aspecto econômico, social e a realidade política na Alemanha no final do século XIX e início século XX. Existiriam “algumas conotações ideológicas distintas implícitas neste conceito, além de ser difícil provar uma transição de um ‘capitalismo de livre competição’ a um ‘capitalismo organizado’” (BRAUN, 2003, p. 21).

Em relação ao comércio exterior, a participação da Alemanha no mercado mundial aumentou de 11 para 13% entre 1880 e 1913, enquanto a das outras grandes potências estagnou ou diminuiu (BRAUN, 2003); no entanto, a participação aumentou para 20,2% no período de eclosão da Primeira Guerra Mundial. Esse desempenho, ao mesmo tempo que recebeu elogios e aprovações, mostrava também uma forte dependência do mercado mundial em um período de crescimento do protecionismo nos Estados do sistema internacional. Por volta de 1890, a participação no comércio mundial da Alemanha era apenas metade dos britânicos, e a produção industrial alemã havia crescido somente a dois terços dos britânicos. Em 1913, no entanto, a Alemanha ultrapassou a Grã-Bretanha na produção industrial e quase se igualou com os britânicos no comércio exterior, mas a Grã-Bretanha era ainda a principal nação comercial do mundo (BRAUN, 2003).

Posteriormente, a boa participação da Alemanha no mercado internacional, assim como seus ótimos números de crescimento e produtividade sofreram um forte impacto devido à Primeira Guerra Mundial iniciada em 1914. No último ano antes da guerra, a renda nacional foi de aproximadamente 50 bilhões de marcos, a moeda alemã da época, enquanto os gastos com a guerra no mesmo período eram estimados em mais de 100 bilhões de marcos e os gastos no período de guerra se aproximavam de 200 bilhões de marcos (HARDACH, 1980).

A maioria das despesas eram financiadas por empréstimos internos, e o restante o era por meio de impostos e da expansão da oferta monetária. Enquanto a captação por meio de impostos se mostrava insuficiente, o aumento da oferta monetária era uma opção que poderia ser explorada por vários meios, sendo um dos principais a emissão de títulos de tesouro do *Reich*, os quais eram descontados pelo *Reichsbank* — o banco central alemão. Como resultado, a oferta monetária total quintuplicou, e isso devido também a outra medida adotada: a impressão de notas de dinheiro, cuja circulação aumentou quase 13 vezes durante a guerra (HARDACH, 1980).

Mises (2017) ao explorar o tema da inflação explica que, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, muitos governos que até então captavam recursos somente por impostos passaram a utilizar a impressão de cédulas para ajudar no financiamento da guerra. Uma vez que isso significava um aumento na oferta da moeda nacional, pela lei da oferta e demanda essa moeda perderia seu valor em razão do grande crescimento de sua oferta, ou seja, o marco seria desvalorizado resultando em um aumento geral dos preços. A instituição de um tabelamento de preços durante a guerra, o fechamento do mercado de ações e a falta de publicação das taxas de câmbio impediram o público alemão de perceber a inflação, mas “os preços do mercado negro forneceram alguns indicadores, e os círculos bancários sabiam, é claro, o quanto substancialmente o valor do marco (bem como das moedas dos outros principais beligerantes) tinha afundado” (HARDARCH, 1980, p.11).

A desvalorização da moeda, segundo Mises (2017), é um fator que causa danos para as massas, sendo elas as primeiras a serem atingidas, além de a perda das economias por elas investidas, especialmente em poupanças, sendo, assim, um forte fator para gerar revoltas e revoluções. Desse modo, após todo impacto econômico sofrido pela Primeira Guerra, principalmente pelo déficit orçamentário unido à massiva emissão monetária contribuindo com a inflação, as condições para insatisfação e posterior aceitação do Nazismo no país estavam surgindo.

O final da Primeira Guerra Mundial foi marcado por uma grande atuação do Estado e das forças armadas no planejamento econômico da Alemanha, em um estado de guerra total, especialmente nos últimos dois anos da guerra, quando o supremo gabinete de guerra (*Oberstes Kriegsam*) foi estabelecido em novembro de 1916, com poderes de intervir no processo de produção do país (BRAUN, 2003).

Anteriormente, em agosto de 1916, foi estabelecido o *Hindenburg Programme*, um programa econômico cujo principal elemento era a total mobilização do trabalho: por meio dele, homens que estivessem entre os 17 e 60 anos de idade deveriam fazer trabalho compulsório em setores importantes para a economia de guerra (BRAUN, 2003). Posteriormente, no entanto, os objetivos do plano foram considerados irrealistas, e ele teve de ser adaptado para buscar novos objetivos mais realistas, alguns dos quais puderam ser alcançados no início do ano de 1918.

Como resultado das políticas e da circunstância em que se encontrava a Alemanha, o país apresentava maior desemprego, especialmente nas indústrias, menor produtividade e performance dos trabalhadores, principalmente devido à diminuição dos salários reais e à



carência de nutrientes na alimentação geral, além de uma deterioração da moral dos trabalhadores e de uma crescente insatisfação e resistência à continuação da guerra (BRAUN, 2003). Junto a isso, o insuficiente fornecimento de produtos agrícolas gerou um aumento no preço dos alimentos, o que posteriormente levou os trabalhadores a fazerem greves, as quais passaram a demandar também um tratado de paz para o fim da guerra, gerando pressões às autoridades para a retomada da paz.

### *3.2 Tratado de Versalhes e o período entre guerras*

Hardach (1980) traz a tradicional divisão do período entre guerras da Alemanha, dividindo o chamado período de Weimar em três fases: os anos imediatamente após a guerra, de 1918 a 1923; o período de relativa estabilidade até 1929; e os anos da depressão até o início de 1933. O autor explica que, nos primeiros anos, inflação e reparações pesadas foram os principais fatores que ditaram a desordem econômica do período: a perda do valor do marco levou a uma inflação crescente ajudada pelas dívidas contínuas, balanças de pagamento desfavoráveis e pela crescente demanda por salários.

Na Conferência de Paz de Paris no final da Primeira Guerra Mundial, em 1919, foram discutidas as condições impostas aos países derrotados e, com a assinatura do Tratado de Versalhes, a guerra chegou oficialmente ao fim. Da perspectiva da economia internacional, o comprometimento das partes em reconstruir um sistema multilateral de comércio livre e aberto como o existente antes da Primeira Guerra, e a consagração — pelo fornecimento de conteúdo legal — da ideia de que os vencedores recebem os despojos econômicos dos perdedores, por meio das reparações impostas aos derrotados, eram duas principais implicações do tratado (EICHENGREEN, 2019).

Em relação à reconstrução do sistema multilateral de comércio, havia um entendimento de que arranjos existentes no período anterior à Primeira Guerra, como o padrão ouro e as relações financeiras internacionais, foram fundamentais para o sucesso do sistema de comércio internacional pré-guerra e, portanto, também deveriam ser reconstruídos. Sobre a ideia de os vencedores do conflito receberem os despojos econômicos, por meio do artigo 231 do tratado, a obrigação financeira imposta aos derrotados ganhou um fundamento moral (EICHENGREEN, 2019). O artigo atribui a responsabilidade pelas perdas e danos causados aos Aliados e Estados Associados à “guerra imposta sobre eles pela agressão da Alemanha e

seus aliados” (BRASIL, 1919). De forma sintetizada, as perdas alemãs podem ser resumidas pelo quadro que segue:

**Quadro 3.1 – Perdas da Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial**

| <b>Matéria da perda</b>                 | <b>Porcentagem da perda</b> |
|---|-----------------------------|
| <b>Território Antes da Guerra</b>       | 13%                         |
| <b>População</b>                        | 10%                         |
| <b>Terra Arável</b>                     | 15%                         |
| <b>Depósitos de Ferro</b>               | 75%                         |
| <b>Capacidade de Produção de Aço</b>    | 38%                         |
| <b>Capacidade de Produção de Carvão</b> | 26%                         |

Fonte: Elaboração própria, baseada em Hardach, 1981.

Esse elemento moralista dificultou a boa ocorrência de uma discussão imparcial sobre a capacidade da Alemanha de pagar suas obrigações e, como afirma Eichengreen (2019), o conjunto de reparações exerceu uma pressão contínua na economia e no sistema financeiro internacionais. Desse modo, o resultado último da conseqüente desconexão entre as reparações, as dívidas de guerra e o sistema financeiro internacional teria sido o colapso da economia global da década de 1930, em especial da própria economia alemã, que se limitou pela letra do tratado.

A situação em que se encontrava a Alemanha após a guerra e suas obrigações com o Tratado de Versalhes trouxe-lhe mais uma dificuldade com a questão da volta ao padrão ouro. Eichengreen (2019) explica que uma conferência internacional em Bruxelas foi realizada no início de 1920 para acelerar o processo de estabilização das finanças e das taxas de câmbio, fatores necessários para o objetivo final de restaurar o padrão ouro. Os principais benefícios para as nações estariam relacionados ao estímulo que seria dado ao comércio, como ocorria no sistema antes da Primeira Guerra, mas esses benefícios dependeriam também de uma adesão dos outros Estados ao padrão ouro. De acordo com o autor havia, no entanto, dois obstáculos principais que tinham relação direta com a situação alemã.

Primeiramente, uma estabilização monetária requer uma estabilização fiscal. A Alemanha, no entanto, possuía necessidades urgentes de reconstrução pela devastação da guerra que superavam a capacidade de arrecadação de receita pelo governo. Para o país, as dívidas demonstravam a impossibilidade de arcar com os pagamentos previstos no Tratado de Versalhes e de alcançar a estabilização, uma vez que ela seria dificultada enquanto houvesse

tantos sinais apontando instabilidades. Em segundo lugar, além da dificuldade de receber da Alemanha os pagamentos de reparação previstos em Versalhes, havia o risco de que cobrá-los geraria uma desestabilização e atrapalharia mais ainda o processo de retomada (EICHGREEN, 2019).

A reconstrução geral do Estado Alemão foi iniciada pelo governo com tentativas de estabilizar as finanças públicas para colocá-las em bases mais sólidas. Como explica Hardach (1980), um conjunto de reformas tributárias e de medidas de reorganização da economia surgiram em 1920; em relação à administração fiscal, elas reforçavam uma autoridade central ao afastar o país de um Estado federal e aproximá-lo de um Estado centralizado. No entanto, essas medidas que buscavam aumentar a receita fiscal falharam, principalmente pela própria dificuldade de sucesso de políticas financeiras voltadas para arrecadação de impostos diretos em períodos de forte inflação:

Como os impostos ainda deviam ser pagos em marcos nominais em vez de ouro, o devedor tributário tinha interesse em mais inflação e tentou prolongar o já extenso intervalo entre a avaliação e o pagamento de suas dívidas fiscais. A baixa moralidade em questões de tributação simplesmente refletia o desejo natural de descartar a disciplina e as restrições do tempo de guerra. Tal apelo ao individualismo e ao *laissez-faire*, numa época em que as condições anormais de reconstrução exigiam um grau excepcional de disciplina e ação coordenada, revelou-se desastroso (HARDACH, 1980, p.18).

Entre 1923 e 1929, o país passou por uma relativa estabilidade, alcançada principalmente após o combate a causas da inflação. Com a criação do *Retenbank* em 1923, o *Retenmark* passou a ser emitido como moeda, valendo o equivalente a um ouro, 4,20 dólares e 1 trilhão de marcos, a moeda anterior que estava desvalorizada (HARDACH, 1980). Ainda no esforço de estabilização da moeda, a principal causa da inflação também recebeu atenção das autoridades. O déficit no financiamento dos gastos do governo foi combatido por meio da emissão da nova moeda, porém com o estabelecimento de um limite de notas a serem impressas, e isso significou “um limite rígido para os poderes de gasto do governo, cujos déficits orçamentários haviam sido a causa imediata da inflação” (HARDACH, 1980, p.29).

Além da reforma monetária, o problema das reparações impostas também deveria ser resolvido: a Alemanha deveria levantar anualmente uma quantia e direcioná-la para a resolução desse problema. O principal fator que contribuiu com essa questão foi a grande quantidade de dinheiro recebido por empréstimos estrangeiros, os quais foram fornecidos especialmente pelos

Estados Unidos. Entre os anos de 1924 e 1929, eles somaram 13,5 bilhões *Retenmark*, enquanto as obrigações de reparação somavam 8,5 bilhões (BRAUN, 2003).

Após todas as reformas e políticas focadas em combater os fatores que impediam algum nível de crescimento do país, os números voltaram a melhorar. Entre 1924 e 1929, a produção industrial cresceu 7,9% anualmente, enquanto a economia em geral cresceu 4% anualmente (BRAUN, 2003). Tratar o período como uma “época de ouro”, no entanto, seria inadequado uma vez que o crescimento econômico foi ainda abaixo da média de outras nações industriais. Uma estabilidade relativa descreveria melhor a situação da Alemanha no período, significando que “o crescimento econômico foi mais lento do que poderia ter sido esperado do ponto de vista teórico, especialmente se as reduzidas taxas de crescimento do pós-guerra imediato forem levadas em consideração” (BRAUN, 2003, p.46).

Por fim, no período dos anos da depressão até o início de 1933, a Alemanha sofreu o peso de duas crises: além de receber as consequências da crise americana, o país teve de sustentar as de sua própria crise, passando por uma crise dentro da crise. Entre 1929 e 1933, seu Produto Nacional Bruto (PNB) diminuiu 39%, enquanto o desemprego de sua força de trabalho civil aumentou de 3,2% para 24,9% no mesmo período. Além disso, a quantia em importações dos Estados Unidos caiu de 4,4 bilhões de dólares em 1929 para apenas 1,3 bilhões em 1932 e, em relação às exportações, um quarto da produção industrial alemã havia sido exportada até o final do período de relativa estabilidade pós-guerra, mas entre 1928 e 1932 suas exportações caíram de 12,3 para 5,7 bilhões em *Retenmark*, resultando em fechamentos e demissões em massa (HARDACH, 1980).

Com o desemprego geral em 30,8% no ano de 1932, os altos impostos do governo juntos a uma rigorosa política de salários diminuíram a expectativa de lucro do setor industrial, diminuindo também consideravelmente seu nível de investimento (HARDACH, 1980). Nesse contexto, após tentativas de sair da crise com o uso de instrumentos de estímulo econômico — medidas emergenciais monetárias e intervenções estatais com programas de geração de emprego (BRAUN, 2003) — Adolph Hitler, com o partido Nacional Socialista, conhecido popularmente como partido Nazista, assume o cargo de chanceler nomeado pelo então presidente Paul von Hindenburg.

De acordo com Braun (2003), os nazistas não seguiam uma teoria econômica concreta: seus princípios econômicos seriam vagos e Hitler havia ainda afirmado que sua doutrina econômica era não seguir uma doutrina específica, apresentando definições variadas quando

questionado sobre a ideologia econômica do partido. No entanto, os 25 pontos de Gottfried Feder, um importante teórico da área econômica do partido, eram tidos como um eixo seguido pelos nazistas, sendo eles um conjunto de slogans que dialogavam com diversos grupos de interesses da sociedade alemã.

Com o objetivo de rearmar o país, Hitler voltou-se para as indústrias de carvão, ferro e aço, maquinários e produtos químicos, as principais necessárias para o rearmamento. As outras indústrias, secundárias para esse objetivo, receberam menos atenção das políticas nazistas (BRAUN, 2003). Além disso, Hitler baseou seus programas em dois objetivos principais: “primeiro, salvar o camponês alemão para preservar os meios de subsistência da nação e, em segundo lugar, salvar o trabalhador alemão pela luta contra o desemprego” (BRAUN, 2003, p.82).

Por meio de suporte ao setor da agricultura e da criação de programas de emprego para o setor de indústrias, em 1934 a produção de carros foi quase 50% maior que em 1929, e houve um crescimento no setor de construções — passando de 666 mil pessoas empregadas em 1933 para 2 milhões em 1936 (BRAUN, 2003). Neste ano, ainda, os gastos militares ultrapassaram pela primeira vez 10% do Produto Nacional Bruto, e as despesas com armamentos foram maiores que as com bens e serviços, também passando a ser maiores que quaisquer outras despesas do governo.

Em um memorando de 1936, Hitler já estava abertamente se preparando para um conflito ao deixar claro que a Alemanha deveria estar pronta para entrar em guerra em quatro anos para que o Espaço Vital<sup>2</sup> no Leste pudesse ser garantido (BRAUN, 2003). Dessa forma, com a economia com forte força produtiva novamente e com seus esforços voltados majoritariamente para a produção bélica, as condições para uma nova guerra mundial já estavam estabelecidas.

### *3.3 Economia Alemã na II Guerra Mundial e Impactos do Final da Guerra*

---

<sup>2</sup> Conceito criado pelo geopolítico alemão Friedrich Ratzel que se referia ao espaço necessário para expansão territorial de uma nação, no caso, do povo alemão. No original alemão chamada de *Lebensraum*, tal conceito serviu de base estrutural para toda a obra de Adolf Hitler “*Mein Kampf*”, que abarcava todas as premissas que orientaram a política nazista na II Guerra Mundial.

Ao abordar o tema da economia da Alemanha na Segunda Guerra, Hardach (1980) traz uma divisão em três estágios: a fase *Blitzkrieg*, de 1939 até 1941/1942; os dois anos e meio de crescente tensão econômica até 1944; e o último período de aproximadamente dez meses de esforços finais.

O primeiro período se inicia com a investida contra a Polônia em setembro de 1939, com a utilização de uma nova técnica de combate, a guerra-relâmpago, que veio a ser chamada posteriormente a guerra de *Blitzkrieg*. Diferentemente do padrão da Primeira Guerra Mundial, esse novo modo de guerra focava em paralisar o exército inimigo quebrando meios de fornecimento de suprimentos, de comunicação e de comando, utilizando-se de tanques rápidos e bombardeiros táticos (HARDACH, 1980).

Durante os primeiros conflitos, contra a França e na fase inicial da contenda com a União Soviética, a produção total de bens de consumo e a produção geral de armamentos da Alemanha mantiveram-se constantes. Como a campanha contra a União Soviética havia ocorrido bem no início, antecipando-se uma vitória, a produção de armamentos foi posteriormente reduzida (HARDACH, 1980).

Devido a esse início dos conflitos não apresentar um aumento da produção bélica o acompanhando, a ideia de uma economia de guerra semelhante a uma economia de tempos de paz na Alemanha foi bastante difundida na época:

A Grã-Bretanha, cujo Produto Nacional Bruto (PNB) era 70% do PNB da Alemanha, teve uma produção somente 9% menor em armamentos em 1940 que a Alemanha no mesmo período. Em 1941, no entanto, essa produção passou a ser 32% que a alemã. (...) Essa manutenção de níveis de produção de tempos de paz aumentou o estado de espírito público, que estava depressivo quando as hostilidades começaram (HARDACH, 1980, p.80)

A partir do início de 1942, no entanto, o cenário começou a mudar. Com a reação soviética no final do ano anterior, a Alemanha precisou recorrer a um maior esforço econômico para a produção bélica. Para o financiamento da guerra, impostos especiais de consumo foram aumentados, além do uso do chamado financiamento indireto, o qual ocorria pelo financiamento contínuo de dívida de curto prazo com novas dívidas de longo prazo, realizado por negociações secretas com bancos, caixas econômicas e seguradoras (BRAUN, 2003).

Em relação à força de trabalho, houve uma tentativa do governo de empregar trabalhadores domésticos nas fábricas, contratando pessoas mais velhas, aposentadas e

mulheres, mas a medida não obteve resultados significativos. Além disso, entre maio de 1941 e maio de 1944, a taxa de emprego diminuiu 16% na área de comércio e de bancos e seguros, e 20% na de trabalhos manuais, enquanto aumentou 5% na agricultura, 7% nos transportes e 6% na indústria (HARDACH, 1980). Tais transferências de mão de obra é uma resposta a necessidade de se estabelecer reforços na chamada máquina de guerra alemã.

A Dívida pública total em milhões de *Retenmark*, exclusas as dívidas com serviços postais e com a administração de estradas de ferro e de autoestradas, passaram de 75.84 no final de 1940 para 124.87, 183.59, 253.5 e 348.1 nos anos de 1941, 1942, 1943 e 1944, respectivamente (BRAUN, 2003).

No final do período de tensão econômica, em 1943/1944, a Alemanha havia perdido 6% de suas casas, além de apresentar uma grande demanda por bens de consumo duráveis, uma deterioração na qualidade de produtos e alimentos, e políticas de racionamento de comida mais austeros (HARDACH, 1980). Junto a isso, ataques aéreos a áreas industriais alemãs contribuíram para a economia do país chegar a uma grande tensão em meados de 1944 uma vez que, mesmo com os prejuízos e dificuldades, sua eficiência econômica estava sendo requisitada em sua maior capacidade com a enorme produção de armamentos e materiais de produção por parte das indústrias.

A última fase da economia de guerra alemã, de meados de 1944 até sua rendição em 1945, foi caracterizado pelo esforço máximo das capacidades produtivas do país. Buscando o aumento da força de combate, foram implementadas políticas de redução da idade para o recrutamento de soldados de 17 anos e meio para 16 anos de idade, enquanto a idade máxima para o recrutamento feminino aumentou de 45 para 50 anos. Como isso gerou uma perda na força de trabalho, as horas semanais de trabalho foram aumentadas de 48 para 60 (HARDACH, 1980).

Apesar de um sétimo da capacidade industrial alemã estar ocupada pelo avanço do exército soviético no início de 1945, e dos crescentes bombardeios dos Aliados que geraram milhares de mortes, os alemães ainda resistiam. De acordo com Hardach (1980), a estratégia americana de focar os bombardeios em pontos cruciais da economia da Alemanha contribuiu para minar sua capacidade produtiva que a mantinha na guerra. Com seu sistema de transportes, indústrias, pontes, cidades e casas destruídos, a força nazista *Wehrmacht* se rendeu e os vencedores estabeleceram o Conselho de Controle Aliado em Berlim, com o intuito de exercer

autoridade judicial, legislativa e executiva sobre o país. Posteriormente, no ano de 1949, foi realizada a divisão do território alemão, com a área ocupada pela União Soviética — chamada Alemanha Oriental — se tornando a República Democrática Alemã, enquanto a ocupada pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos — chamada Alemanha Ocidental — se tornou a República Federal da Alemanha.

Com um turbulento caminho de saída de uma guerra perdida e de uma ditadura, Bauerkämper (2014) explica que a perspectiva geral dos alemães era a de um futuro de fome, pobreza, miséria e humilhação, e nesse contexto todos buscavam se separar do passado rejeitando o que pudesse remeter ao período nazista. Além disso, o Nacional-Socialismo foi “separado da história nacional da Alemanha ao o interpretarem como sendo o apogeu de problemas universais - como o surgimento da política de massa, alienação social e afastamento da fé em Deus” (BAUERKÄMPER, 2014, p.445).

Como consequência direta da destruição de estruturas e sistemas estatais, no pós-guerra a economia alemã desintegrou-se em várias subeconomias regionais, situação que se agravou ainda mais devido a uma severa crise de energia por falta de carvão (BRAUN, 2003). Além disso, estimulado pela crise de energia e pelas perdas de infraestrutura, a fome surgiu como um dos mais graves problemas durante e após a Segunda Guerra Mundial. Com a Alemanha Ocidental apresentando baixas taxas de ingestão calórica diária e ainda sofrendo retaliações e falta de fornecimento de alimentos de potências vencedoras (CARVALHO, 2019), a carência de alimentos foi um fator de destaque no pós-guerra.

Em relação ao setor industrial, apesar de grandes perdas e do fato de muitas máquinas terem sido desgastadas durante o intenso uso na guerra, as indústrias sofreram um dano menor do que se esperava:

Embora seja difícil fazer cálculos confiáveis, a quantidade de ativos industriais em condições de uso na área que passou a ser a República Federal da Alemanha foi, no fim da guerra, provavelmente maior do que em 1939. Investimentos na indústria alemã durante a guerra muito provavelmente excederam os danos causados pela guerra (BRAUN, 2003, p.146).

A força de trabalho da Alemanha Ocidental, por sua vez, teve uma grande ajuda do fluxo de refugiados recebido da parte Oriental, o que trazia um lado negativo devido à escassez de alimentos (BRAUN, 2003).



Por fim, até o outono de 1947, os problemas gerados pela crise de energia pós-guerra estavam sendo resolvidos principalmente pelos reparos realizados na rede de transporte, os quais melhoraram a situação da distribuição de carvão, cuja produção foi favorecida pelos incentivos oferecidos posteriormente pelos Aliados e pelas autoridades alemãs, principalmente melhores salários e uma melhor alimentação (BRAUN, 2003). A partir dessas conquistas, o país pôde caminhar para fora de um estado de emergência permitindo, portanto, a volta da atuação de teóricos e tomadores de decisão às discussões de como reestruturar a Alemanha para os anos seguintes.

#### **4. ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E SUA DINÂMICA IDENTITÁRIA ALEMÃ**

Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo com o massivo esforço da propaganda do partido para conquistar a adesão dos alemães a sua ideologia, a Alemanha e seus cidadãos estavam fragmentados com a revelação dos crimes nazistas . Devido à confusão vigente em relação às ideias de sistemas políticos, sociais e filosóficos conflitantes, os alemães estavam sendo forçados a enfrentar a questão de quem e o que é a Alemanha (DAVIDHEISER; WOLF, 2003).

Depois de 1945, com os Estados Unidos buscando disseminar seu sistema econômico e sua ordem política por meio de grandes programas de reforma política e econômica, o livre mercado teve forte presença nos países alinhados aos EUA. A Alemanha, buscando uma maior aproximação com os americanos, seguiu essa linha com a nomeação do economista Ludwig Erhard para o cargo de diretor da administração econômica do país.

A partir da situação deixada pela guerra e do novo caminho tomado pelo país, houve na República Federal da Alemanha, na década de 1950, um período conhecido como Milagre Econômico (*Wirtschaftswunder*). Tal reconhecimento ocorreu pelo período ter apresentado enormes taxas de crescimento econômico, apesar de apresentarem uma redução ainda na mesma década (BRAUN, 2003).

##### *4.1 Recuperação Alemã no Pós-Guerra*

A Alemanha iniciou em 1948 uma reforma monetária, e implementou o Marco Alemão (*Deutsche Mark*) como moeda em 1949. Ainda no contexto do processo de implementação da nova moeda, foi aprovada uma lei que dava ao diretor da administração econômica, Ludwig Erhard, o poder para escolher as regulamentações econômicas que seriam aprovadas e para determinar os bens que teriam controle de preço (HARDACH, 1980). Nesse primeiro momento, algumas autoridades entendiam que uma desregulamentação mais intensa poderia botar a nova moeda em risco, principalmente após os repentinos ajustes de preços que dela decorreriam, os quais poderiam levar a um processo de inflação.

Apesar da preocupação, cerca de 90% dos controles de preço existentes foram extintos, decisão que fazia parte de uma política de descontrole seletivo, a qual cancelou regulamentações econômicas em setores que não sofreriam fortes impactos no custo de vida dos participantes e que aproveitariam as novas oportunidades que surgiriam, caso ocorressem aumentos nos preços (HARDACH, 1980). Posteriormente, a política se mostrou bem sucedida, uma vez que ela “não gerou nenhum exorbitante ou socialmente inaceitável aumento nos custos de vida, nem a uma restrição severa da atividade empreendedora” (HARDACH, 1980, p. 145).

Além da política de desregulamentação do controle de preços, incentivos fiscais foram introduzidos na economia para, indiretamente, reduzir o peso do imposto sob renda, que havia sido aumentado pelos aliados em 1946 como uma medida anti-inflacionária. A isenção de rendimentos adquiridos em horas extras do imposto de renda forneceu fortes incentivos ao trabalho, enquanto o autofinanciamento foi inicialmente promovido principalmente por meio de incentivos fiscais para o reinvestimento dos lucros gerados (HARDACH, 1980).

Junto a essas mudanças, no entanto, a nova ordem econômica da Alemanha era diferente da existente em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, onde as relações econômicas eram basicamente reguladas pelo mercado. Os alemães contavam com mecanismos de regulação em que associações empresariais e sindicatos possuíam grande papel. Os diretores do modelo procuraram o apoio dos sindicatos concedendo canais de participação aos trabalhadores, enquanto foram incentivadas formações de associações empresariais, as quais realizavam programas de treinamento e qualificação, além de incentivarem e fiscalizarem a qualidade dos produtos das empresas. Elas passaram a atuar junto dos sindicatos em uma dinâmica em que os trabalhadores tinham participação na tomada de decisão empresarial (GUIMARÃES, 2006).

Essa participação ocorria principalmente em negociações coletivas, conduzidas por sindicatos fortes, e nas empresas, onde conselhos de trabalho independentes tinham participação, garantida por lei, nas decisões ligadas às políticas de emprego e também dos

trabalhadores. Sobre essa maior participação dos trabalhadores nas empresas, Guimarães afirma que:

De um lado, a forte participação dos trabalhadores pode ser vista como um mecanismo de restrição à ação dos gerentes, limitando sua capacidade de demitir ou de reduzir salários. Mas de outro lado, o sistema de relações industriais transforma os trabalhadores em parceiros, em nível tanto das negociações coletivas como das firmas (GUIMARÃES, 2006, p. 26).

Em meio a essas relações entre empresas e trabalhadores, em um ambiente favorável ao mercado, o Estado não se apresenta como intervencionista, uma vez que as associações empresariais e os sindicatos já exercem funções praticamente públicas de preocupação justa trabalhista e regulamentação da qualidade dos produtos. Com o banco central independente, ele gerava mais certeza e estabilidade ao ambiente de negócios por estar mais distante de influências políticas. Além disso, muitas atribuições dos grupos sociais eram definidas constitucionalmente impedindo, desse modo, mudanças radicais (GUIMARÃES, 2006).

Nesse contexto das orientações políticas e econômicas após a guerra, a Alemanha passou por um momento conhecido como *Wirtschaftswunder*, o seu milagre econômico. O país teve uma taxa de crescimento anual de 8,2% entre 1950 e 1960 e, após uma desaceleração, a taxa passou a ser de 4,4% entre 1960 e 1970, enquanto sua produtividade cresceu 5,9% ao ano entre 1950 e 1973 (GUIMARÃES, 2006). Além disso, os alemães também alcançaram boas melhoras sociais: salários elevados, baixas taxas de pobreza e de criminalidade, um Estado de bem-estar social fortemente atuante e uma taxa de desemprego praticamente nulo (GUIMARÃES, 2006).

Como explica Braun (2003), existem vários modelos que tentam explicar o grande crescimento econômico na década de 1950 e sua posterior desaceleração, dentre os quais três se destacam: o modelo de mudança estrutural, o modelo de onda longa e o modelo de reconstrução econômica. Enquanto o modelo de mudança estrutural foca em novos fatores que influenciaram o desenvolvimento econômico da Alemanha a partir da década de 1950, os outros dois focam em análises de continuidade de fatores e fenômenos a partir da década de 1870.

Por meio do primeiro modelo, de mudança estrutural, o crescimento é explicado pela nova ordem econômica instalada pós-segunda guerra e pelo contexto da economia social de mercado, as quais geraram condições favoráveis para o crescimento econômico. De acordo com o segundo modelo, de onda longa, o crescimento está relacionado a um ciclo de desenvolvimento que teria iniciado nas economias capitalistas do início do século XIX. A união das inovações técnicas que ocorriam ao longo do tempo seriam o fator responsável pelo início

de uma nova onda de crescimento econômico, sendo o acúmulo inovações tecnológicas nas décadas de 1930 e 1940 o fator que explicaria a nova posterior, o *Wirtschaftswunder* (BRAUN, 2003).

Por fim, pelo modelo de reconstrução, haveria um crescimento econômico natural na Alemanha desde 1870/1871, sendo as duas guerras mundiais e a grande depressão de 1929 fatores que interromperam esse crescimento. Com isso, o período do milagre é considerado um dos surtos que ocorreram enquanto as condições de crescimento voltaram a ser favoráveis (BRAUN, 2003).

Há, ainda, uma análise de Bocconi (2014) que, para entender o milagre econômico, foca na capacidade produtiva que a Alemanha adquiriu por meio da política de investimento industrial bélico de Hitler antes e durante a Segunda Guerra Mundial. A política nazista de guerra, focada principalmente no crescimento da produção de armamentos, na exploração das terras ocupadas, e no financiamento da busca de Hitler por dominação, guiou fortemente a economia alemã durante a Segunda Guerra Mundial.

A análise parte do entendimento de que as distorções na alocação de fatores de produção geradas na guerra — visando garantir maiores retornos para abastecer o país no conflito — levaram mais rapidamente à volta da atividade produtiva na fase de reconstrução pós-guerra, principalmente pelo aproveitamento da estrutura construída com essas distorções (BOCCONI, 2014). Percebeu-se, com isso, um fator importante para o processo de reconstrução da Alemanha; a economia do país manteve seu potencial para um bom crescimento da produtividade mesmo após as primeiras reconstruções do pós-guerra terem sido concluídas e a baixa eficiência na alocação de recursos do período ter sido superada.

De acordo com Bocconi (2014), o milagre econômico teria sido impulsionado principalmente pela acumulação de fatores de produção, e não pelo crescimento da produtividade ocorrido com as reformas. Dessa forma, o crescimento teria ocorrido sustentado pela capacidade produtiva já existente, sem precisar da ajuda de novos avanços técnicos que aumentam a produtividade, a qual poderia crescer simplesmente pela melhor alocação dos fatores de produção já existentes.

Por fim, apesar da grande variedade de modelos que tentam explicar o *Wirtschaftswunder* alemão, Braun (2003) explica que todos eles apresentam inconsistências e afirmações difíceis de se provar, sendo difícil tomar um modelo como único verdadeiro. Nas

palavras do autor, vários fatores afetaram o desenvolvimento da economia da Alemanha Ocidental após a Segunda Guerra Mundial:

(...) por exemplo, a liberalização internacional do comércio, a integração da República Federal da Alemanha no sistema de comércio internacional e especialmente na economia da Europa Ocidental, a imigração de milhões de trabalhadores da Alemanha Oriental, muitos dos quais eram altamente qualificados, e uma ordem econômica e políticas econômicas que conduziam ao crescimento (BRAUN, 2003, p. 168).

O crescimento da década de 1950 excedeu o padrão dos outros países no período, e a simples existência de fatores de produção, estruturas pré-existentes ou a continuação de uma onda de crescimento natural falham em explicar a singularidade do período do milagre econômico vivenciado pelos alemães. A combinação eficiente entre ordem econômica, estruturas de produção e outras circunstâncias externas à Alemanha fornecem uma análise mais profunda e completa do fenômeno, garantindo um melhor entendimento do *Wirtschaftswunder* alemão.

#### *4.2 Papel da Economia Social de Mercado Alemã na União Europeia*

O final da Segunda Guerra Mundial gerou necessidades nos países europeus que os deixou em estado de alerta. Entre elas, havia a busca pela segurança, não somente militar, mas também econômica e política; a busca por prosperidade, envolvendo relações econômicas com empresas e sindicatos; e a busca pela influência nas relações externas, para promover interesses comuns no sistema internacional (PINDER, 2007). Nesse contexto, a Alemanha recebia grande foco, principalmente devido ao medo de que o país começasse algum outro conflito, desestabilizando novamente o continente.

Desse modo, houve iniciativas que geravam integração entre os países e maior interdependência, sendo a principal delas a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951, a qual resultou formalmente na União Europeia em 1992. A iniciativa ajudou a diminuir o conflito fronteiriço entre a Alemanha Ocidental e a França, devido à presença de carvão e de minérios de ferro na região da fronteira junto à escassez e a grande demanda de recursos pós-segunda guerra. Posteriormente, desde a fundação da Comunidade Econômica

Europeia pelo Tratado de Roma, em 1957, cada vez mais a Alemanha passou a fazer parte de uma Europa mais unida (DAVIDHEISER; WOLF, 2003).

Como resultado, principalmente pela busca dos líderes europeus no pós-segunda guerra para acabar com o ciclo de conflitos na Europa por meio das iniciativas de integração, o período de 1951, com o início da Comunidade do Carvão e do Aço, até o presente, se mostrou o mais longo sem uma guerra na região da Europa (DAVIDHEISER; WOLF, 2003).

O grupo dos imigrantes também se beneficiou da dinâmica entre União Europeia — ainda Comunidade Econômica Europeia — e Alemanha Ocidental. Como explica Braun (2003), para compensar uma crescente deficiência de mão de obra, indústria alemã começou buscar recrutar trabalhadores da Europa. Junto a isso, com o objetivo da integração pautando a relação dos Estados Europeus, houve, no final dos anos 1950 até o início dos anos 1970, uma grande massa imigratória para o país, em que trabalhadores eram convidados oficialmente pelo governo com o objetivo de prolongar o milagre econômico alemão (DAVIDHEISER; WOLF, 2003).

O sucesso da medida foi devido principalmente à condição criada pela política econômica, a qual estava pautada na economia social de mercado, fazendo a geração de empregos aumentar consideravelmente, resultando em uma grande demanda por mão de obra para as empresas, a qual recebeu ajuda dos imigrantes para manter o sistema crescendo. De acordo com Braun (2003), cerca de 250.000 trabalhadores imigraram na década de 1960 e, até o final da década de 1970, a Alemanha havia recebido 1,8 milhões deles. Como afirma o autor, essa medida teve também um lado negativo, pois teria sido uma das causas do início da desaceleração do crescimento na década de 1960, devido à quase totalidade de vagas de emprego ocupadas, o que levou a economia a atingir um teto de oferta de trabalho.

Em relação a questão do protecionismo econômico, Van Hook (2007) explica que o modelo básico do que se tornou a União Europeia, incluindo as duas organizações realizadas anteriormente — a Comunidade do Carvão e do Aço de 1951, e a Comunidade Econômica Europeia de 1957 —, deveria trocar barreiras comerciais entre os estados membros por barreiras tarifárias comuns em Estados que não fossem membros, incluindo os Estados Unidos.

A maior interação com os países gerada pelas iniciativas de integração gerou um crescimento no superávit do comércio exterior alemão entre 1950 e meados da década de 1960. Isso foi de grande ajuda também nas décadas posteriores, onde o governo já apresentava maiores diminuições nos ótimos índices econômicos do pós-segunda guerra: em 1973/1974 e

até 1980, a balança comercial da Alemanha Ocidental ainda era bastante favorável (BRAUN, 2003).

De acordo com Braun (2003), três estágios podem ser distinguidos nas exportações da República Federal da Alemanha após a Segunda Guerra. A primeira ocorreu com o comércio exterior do país expandindo-se rapidamente, de 1950 até a fundação da Comunidade Econômica Europeia em 1957/1958, onde as exportações aumentaram 20,4% ao ano enquanto sua participação no PIB dobrou.

Durante o segundo período, entre 1959 e 1971, a Comunidade Econômica Europeia teve maior participação. Nele, a remoção das barreiras comerciais dentro dos Estados membros foi vital para a expansão das exportações da República Federal da Alemanha: junto ao início de uma desvalorização da moeda, o *Deutsche Mark*, após 1958, o país teve um aumento das exportações de 10,5% ao ano, tornando-se a segunda maior nação comercial depois dos Estados Unidos (BRAUN, 2003).

O terceiro período, no entanto, apresentou um declínio no comércio exterior alemão, principalmente devido a circunstâncias externas. Ele teve início em 1971 com o colapso do sistema monetário de Bretton Woods, em decorrência do acordo de Smithsonian, que cancelou a convertibilidade do dólar em ouro. Desse modo, o sistema monetário internacional foi reorganizado e, no final de 1978, o *European Monetary System* (EMS) foi criado como sistema monetário da Comunidade Econômica Europeia (BRAUN, 2003).

Em 1983, a participação da República Federal da Alemanha no comércio exterior caiu para 10%. Em relação a principal causa da queda, nas palavras de Braun:

Isso foi o resultado de mudanças significativas na divisão internacional do trabalho após os dois choques de preço do petróleo, o impulso de exportação japonês e de alguns “Países subdesenvolvidos”, a difusão de novas tecnologias e a manutenção do fraco crescimento da maioria das nações industrializadas com inflação crescente e uma mudança para o protecionismo comercial e enorme dívidas internacionais (BRAUN, 2003, p. 239).

Apesar de ter sido principalmente o segundo choque do petróleo que gerou grandes déficits no saldo da conta corrente da Alemanha Federal em 1979 e 1980, o saldo da sua balança comercial continuou superavitário nesses dois anos (BRAUN, 2003). A década de 1950 foi um período de crescimento econômico para a Alemanha Ocidental e para os Estados europeus no

geral, e a reconquista do poder econômico da área se confirmou quando as principais moedas oficialmente retornaram a uma convertibilidade completa com o dólar, no final de 1958 (HARDACH, 1980).

Posteriormente, apesar de circunstâncias externas contribuírem para o declínio dos ótimos índices econômicos existentes, em específico no caso dos alemães a união econômica, principalmente a partir da Comunidade Econômica Europeia, gerou condições para refrear os impactos externos. O comércio exterior, facilitado e incentivado pela precursora União Europeia, permaneceu com saldos positivos, além de ter contribuído para o crescimento econômico, em geral, a partir do final da década de 1950.

#### *4.3 Economia Social de Mercado e a Identidade Coletiva Alemã*

No contexto da reconstrução dos países europeus no pós-Segunda Guerra Mundial, a perspectiva de cada Estado influenciou o modo como cada um encarou o trabalho de reconstrução e a busca por prosperidade após 1945 (VAN HOOK, 2007). Em outras palavras, a perspectiva de cada país europeu em relação ao passado econômico e político recente guiava suas prioridades no período da reconstrução. Desse modo, pode-se entender que a nova ordem econômica inserida na Alemanha Ocidental, assim como a consequente reorganização das relações da sociedade alemã, veio influenciada pela perspectiva que existia do passado, ou seja, a mentalidade e as políticas nazistas como grandes causas dos males ocorridos.

Cabe ressaltar que na experiência, da Primeira Guerra Mundial, gerou uma aversão de alguns países europeus e dos Estados Unidos — dos cidadãos e da própria elite intelectual — à Alemanha, com um afastamento dos americanos da cultura, língua, literatura e filosofia alemã (SANDERS, 2010). Posteriormente, com a vinda de Hitler e do nazismo e a brutalidade da Segunda Guerra e do Holocausto, a aversão foi renovada: o Terceiro *Reich* criou “um vocabulário em grande parte projetado para glorificar o Estado e melhorar a imagem do genocídio, da supressão das liberdades e do totalitarismo” (SANDERS, 2010, p. 180).

Partindo da abordagem construtivista de que a realidade é socialmente construída, Friedrich Kratochwil buscou ajuda da linguística e do direito para entender, nos discursos, as normas que nos permitem apreender a realidade em que vivemos. Segundo ele, ao entendermos as regras que regem os discursos, podemos entender as regras que regem a própria realidade,



uma vez que o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Pode-se, portanto, entender toda a propaganda nazista como um dos principais fatores que, regido por certas normas, teve forte papel na transformação de uma realidade alemã: a sua identidade coletiva. Kratochwil (2006) traz dois entendimentos de Friedrich Nietzsche acerca da importância da história na construção da mentalidade das pessoas. Primeiramente, ao ver a história como um produto da memória, ele percebeu que a história existe em uma tensão entre lembrar e esquecer. Em segundo lugar, o passado está profundamente envolvido na construção do indivíduo como agente: para ser capaz de agir, ele precisa primeiro recuperar sua história.

Com isso, entende-se que, a partir dessa perspectiva, o processo de construção do indivíduo não é simplesmente biológico, mas é mediado pela comunicação e interação com os outros e pelo compartilhamento de certas memórias coletivas com o grupo (KRATOCHWIL, 2006). Nesse contexto, segundo Kratochwil (2016), dois tipos de processos são importantes: o primeiro trata dos conflitos e interações, relacionando-se às regras compartilhadas, usadas nas interações, e às práticas necessárias para lidar com os conflitos que surgirem; e o segundo se refere às lembranças comuns que contribuem para reconhecer a identidade coletiva.

As normas que regem o primeiro tipo, geralmente relacionado a uma questão de ordem e justiça, contribuem para a manutenção da ordem no grupo, mesmo em momentos desfavoráveis de desordem. O segundo tipo, no entanto, envolve a ligação entre passado, presente e futuro, por meio dos projetos individuais e coletivos da sociedade. Desse modo, a identidade e as perspectivas para o futuro são moldadas em grande parte pela noção do passado de onde veio a sociedade (KRATOCHWIL, 2016). Esse processo, portanto, está relacionado à identidade e à memória coletiva, as quais permitem à sociedade funcionar com seus indivíduos e em grupo, e que une seus membros em visões de mundo e interesses comuns.

Com a revelação dos crimes cometidos pelo Terceiro Reich, especialmente os relacionados aos campos de concentração e aos de extermínio, ficou claro a gravidade do impacto que isso geraria na mentalidade do país. Pela extensão do crime, os Aliados entenderam que deveriam mudar a mentalidade de todo povo alemão, desfazendo anos de doutrinação nazista para que os alemães percebessem que essa doutrina em que eles acreditavam era perigosa (THE RISE OF THE NAZI PARTY, 2014)

A primeira ação dos aliados foi provar para o povo alemão que seus antigos líderes eram criminosos, os botando em julgamento por crimes de guerra — quebrar as regras dos métodos e meios para a guerra das conferências de Haia e convenções de Genebra — e, após lidar com os líderes, o foco se voltou para o povo alemão. A maior dificuldade era devido à força que a doutrina nazista possuía sobre o povo, uma vez que ela estava presente em todas as partes da vida dos cidadãos, tornando difícil desassociá-la por completo. A solução passou a ser uma busca em toda a sociedade, com os aliados decidindo que todos os membros do partido nazista deveriam ser removidos do serviço público ou de posições de poder (THE RISE OF THE NAZI PARTY, 2014), tal processo constitui a chamada desnazificação da Alemanha, inclusive com tribunais para julgar eventuais associações ao partido nazista.

O grande repúdio gerado nos alemães pelo passado nazista, desde o sistema político e econômico até o próprio repertório linguístico, atuou como um forte motor para a reestruturação da identidade da sociedade. Como explica Sanders:

Após a derrota da Alemanha, o próprio vocabulário nazista ficou quase instantaneamente fora de uso, deixando a linguagem moderna com uma série de palavras inaceitáveis que, exceto em referências históricas, não foram e não são mais usadas nem mesmo por neo-nazistas atuais, que muitas vezes tentam desassociar, pelo menos para o público, seu parentesco com os nazistas históricos (SANDERS, 2010).

Em relação à situação das ideologias dominantes no cenário internacional, o modelo econômico da Alemanha Ocidental representava uma alternativa de livre mercado para uma predominância keynesiana existente desde a grande crise de 1929. Os alemães ocidentais se afastaram dessa predominância, uma vez que o período entre guerras e o da Segunda Guerra Mundial levou-os a entender que os altos níveis de organização e controle estatal, os quais foram levados a extremos pelos nazistas, geravam mais peso e conflitos do que uma sociedade próspera (VAN HOOK, 2007). Essa percepção, portanto, sugeriu uma necessidade por um compromisso ideológico renovado baseado em um livre mercado mantido pelo Estado, diferente das orientações econômicas anteriores de maior controle e planejamento.

Entre os nazistas, predominava a convicção de que a saída da depressão econômica deveria passar por políticas de estilo keynesiano de expansão da demanda agregada via gastos públicos, direcionados, por exemplo, ao financiamento de programas de emprego estatais pelo *Reichsbank* (FEIJÓ, 2009). O keynesianismo teria se popularizado entre o partido desde a publicação do “As consequências econômicas da paz” (KEYNES, 1991), que criticava o tratado

de Versalhes, odiado pelos nazistas (FEIJÓ, 2009). Posteriormente, quando os nazistas passaram a ter mais poder, a economia andava para uma maior planificação central.

Como afirma Feijó (2009), o sistema bancário e o mercado de capitais passaram a ter forte supervisão do Estado, o qual buscava evitar crises de liquidez e injetava crédito na economia. Além disso, o governo adotou uma política de controle de preços, com os salários permanecendo congelados de 1934 até 1945. No mesmo sentido, os sindicatos foram abolidos, acabando com mecanismos de representação dos trabalhadores, e as empresas passaram a ter suas atividades produtivas controladas pela câmara econômica do *Reich*, onde deveriam se subordinar às ordens vindas do governo (FEIJÓ, 2009).

A partir desse contexto, por fim, pode-se entender a ligação entre a memória coletiva deixada pelos nazistas e sua influência na nova identidade alemã. Com sua reestruturação identitária marcada pelos problemas do passado trazidos pelo terceiro *Reich*, e pela associação da política de controle do período a esses problemas, a nova direção que a sociedade buscava para o futuro só poderia ser voltada para uma ideologia econômica mais livre. A Economia Social de Mercado, com sua abertura ao livre mercado, ao bom ambiente de negócios e a um menor controle no geral, junto da sua preocupação social com os trabalhadores e com a manutenção de um bom funcionamento do mercado por parte do Estado, chegou em um momento oportuno, e foi logo acatada pela maior parte das autoridades e pelo povo alemão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Alemanha, na primeira metade do século XX, deixava de ser um país agrário para ser um Estado industrial. Até meados de 1914, a produção industrial crescia continuamente e sua economia permanecia aquecida. Com os dois grandes conflitos do século, no entanto, desenvolveu-se, no país, uma grande instabilidade econômica e identitária, com fortes variações de índices econômicos e sociais.

Após a Primeira Grande Guerra, a sociedade alemã encontrava-se abalada pela memória do conflito. Quando estava avançando no processo de recuperação, surge a Segunda Guerra Mundial, com um povo fortemente atraído pelas ideias nazistas e com sua identidade pós-primeira guerra formada entorno dessa ideologia.

Com o fim da segunda guerra e a queda da ditadura, no entanto, e a posterior rejeição mundial ao nazismo, essa identidade passava por um grande conflito, principalmente devido à

revelação da gravidade das condutas adotadas pelos nazistas. Nesse período, portanto, ao mesmo tempo em que o país precisava novamente se reconstruir, havia também a necessidade de se redefinir socialmente. Tais flutuações ocorridas no governo e na sociedade alemã fornecem substâncias para se entender melhor a dinâmica dos eventos ocorridos nesse período.

Para se alcançar tal entendimento, a teoria construtivista foi capaz de encontrar uma união entre a identidade coletiva alemã e os eventos ocorridos no país. A teoria recebeu muitas contribuições de diferentes pensadores com diferentes focos de análise, os quais, apesar de partirem de certas premissas iguais, focam em certos aspectos diferentes para estudar os fenômenos do sistema internacional.

Unindo o conhecimento construtivista voltado para a relação entre agentes e estrutura com a noção da identidade coletiva, percebe-se a ligação existente entre o conceito da Economia Social de Mercado com sua adoção na Alemanha Ocidental, principalmente ao se analisar o passado do país e as questões que o levaram à necessidade de uma nova identidade.

Assim, após o conturbado período do século XX, social, política e economicamente, o sentimento de separação e rejeição das ideias que geraram os males vivenciados impulsionou a Alemanha em direção a essa nova visão, longe daquele Estado excessivamente regulador e controlador. Por fim, a Economia Social de Mercado foi então essa nova ideia que foi acolhida pelo novo Estado alemão ocidental, e que proporcionou, no âmbito interno, o impulso econômico e moral para o povo que saía de um período de crise moral, social, política e econômica, restabelecendo o país no caminho do crescimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUERKÄMPER, A. The Twisted Road to Democracy as a Quest for Security: Germany in the Twentieth Century\*. *German History*, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 431–455, 2014. DOI 10.1093/gerhis/ghu066. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=asn&AN=97547062&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 8 maio. 2021

BERENSKOETTER, F. S. Redefining Normality. Identity and Cooperation in German-European Security Policy. *Conference Papers -- American Political Science Association*, [s. l.], p. 1–43, 2003. DOI [apsa\\_proceeding\\_222.PDF](https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=16023295&lang=pt-br&site=ehost-live). Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=16023295&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BOCCONI, T. V. The Wartime Origins of the Wirtschaftswunder: The Growth of West German Industry, 1938-55. *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte*, [s. l.], v. 55, n. 2, p. 129–158, 2014. DOI 10.1515/jbwg-2014-0016. Disponível em:

<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bsu&AN=99596756&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 8 maio. 2021.

BRASIL. TRATADO de Paz entre os Aliados e Potências Associadas e a Alemanha = TREATY of Peace between the Allied and Associated Powers and Germany. 28 junho 1919. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/anexo/And13990-1920.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/anexo/And13990-1920.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.

BRAUN, Hans-Joachim. *The German Economy in the Twentieth Century: The German Reich and the Federal Republic*. Germany: Routledge, 2003. 279 p. ISBN 0-203-40364-9.

BUREŠ, Vladimír; TUČNÍK, Petr. COMPLEX AGENT-BASED MODELS: APPLICATION OF A CONSTRUCTIVISM IN THE ECONOMIC RESEARCH. *E&M Economics and Management*, [s. l.], v. 17, ed. 3, 2014. DOI 10.15240/tul/001/2014-3-012. Disponível em: <http://www.ekonomie-management.cz/en/archiv/search/detail/1077-complex-agent-based-models-application-of-a-constructivism-in-the-economic-research/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

CARVALHO, P. N. DE. Da crise à abundância: Segurança alimentar e modernização agrícola na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. *Revista História & Perspectivas*, v. 31, n. 59, p. 141-154, 24 jun. 2019.

DAVIDHEISER, J., & Wolf, G. (2003). Social and Cultural Integration in Germany: The European Union, the Euro, Immigration, and the School System. *Die Unterrichtspraxis / Teaching German*, 36(2), 145-157. doi:10.2307/3531088

EICHENGREEN, B. Versailles: the economic legacy. *International Affairs*, [s. l.], v. 95, n. 1, p. 7–24, 2019. DOI 10.1093/ia/iyy241. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=asn&AN=133950394&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15 maio. 2021.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944). *Brazilian Journal of Political Economy* [online]. 2009, v. 29, n. 2 [Acessado 19 Junho 2021], pp. 245-266. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572009000200005>>. Epub 24 Abr 2009. ISSN 1809-4538. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572009000200005>.

FIGLIO, K. A psychoanalytic reflection on collective memory as a psychosocial enclave: Jews, German national identity, and splitting in the German psyche. *International Social Science Journal*, [s. l.], v. 62, n. 203/204, p. 161–177, 2011. DOI 10.1111/j.1468-2451.2011.01801.x. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=70400735&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz et al. O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra à agenda 2010. *Lua Nova*, v. 66, p. 23-56, 2006.

HARDACH, Karl. *The Political Economy of Germany in the Twentieth Century*. [S. l.]: University of California Press, 1980. 235 p. ISBN 0-520-03809-6.

HERB, G. Double Vision: Territorial Strategies in the Construction of National Identities in Germany, 1949–1979. *Annals of the Association of American Geographers*, [s. l.], v. 94, n. 1, p. 140–164, 2004. DOI 10.1111/j.1467-8306.2004.09401008.x. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=syh&AN=12389870&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 21 out. 2020.

HERMANY, R.; ARGUILAR CAMARGO, D. A subsidiariedade como princípio de organização estatal e os reflexos no espaço local: análise do Brasil e da Alemanha. *Opinião Jurídica*, [s. l.], v. 18, n. 36, p. 279–296, 2019. DOI 10.22395/ojum.v18n36a12. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=asn&AN=138330400&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 11 set. 2020.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. Construtivismo social: A ascensão do construtivismo em RI. *In: INTRODUÇÃO às relações internacionais: 3a edição revista e ampliada: Teorias e abordagens*. 3. ed. rev. [S. l.]: Zahar, 2018. cap. 8. Ebook (678 p.).

KARSTEN, S. G. Eucken's "Social Market Economy" and Its Test in Post-War West Germany. *American Journal of Economics & Sociology*, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 169–183, 1985. DOI 10.1111/j.1536-7150.1985.tb02331.x. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=fsr&AN=4670499&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 9 set. 2020.

KEYNES, J.M. (1991) *Las consecuencias económicas de la Paz*. Editorial Crítica, Madrid.

KRATOCHWIL, F. History, Action and Identity: Revisiting the "Second" Great Debate and Assessing its Importance for Social Theory. *European Journal of International Relations*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 5–29, 2006. DOI 10.1177/1354066106061323. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=21h&AN=20286104&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 19 jun. 2021.

KRATOCHWIL, F. THRASYMMACHOS REVISITED: On the Relevance of Norms and the Study of Law for International Relations. *Journal of International Affairs*, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 343, 1984. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bsu&AN=5294131&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. O construtivismo. *In: TEORIA das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. [S. l.]: Campus/Elsevier, 2005. cap. 6, p. 162-186.

MISES, Ludwig Von. *A Critique of Interventionism*. Estados Unidos: Springer-Verlag, 1929.

MISES, Ludwig von. *Sobre dinheiro e inflação: Uma síntese de diversas palestras*. 1. ed. [S. l.]: Vide, 2017. 124 p. ISBN 978-85-9507-020-2.

PINDER, John. *The European Union: A very short introduction*. 2. ed. [S. l.]: Oxford university press, 2007. 202 p. ISBN 978-0-19-923397-7.

SANDERS, Ruth H. *German: Biography of a language*. 1. ed. [S. l.]: Oxford university press, 2010. 240 p. ISBN 978-0-19-538845-9.

SCHEUER, B.; MAZIARZ, M. Philosophy of Economics: The Constructivist and Scientific Realist Interpretation of Macroeconomics. *Filosofija, Sociologija*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 8–16, 2019. DOI 10.6001/fil-soc.v30i1.3911. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=136920608&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 25 mar. 2021.

THE RISE of the Nazi Party. Reino Unido, World Media Rights Productions. [S. l.: s. n.], 2014. Documentário on-line.

VAN HOOK, J. C. Translating Economics into Politics in Cold War Germany. *German Politics & Society*, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 104–116, 2007. DOI 10.3167/gps.2007.250207. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=26584669&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 9 set. 2020.

WATRIN, Christian. The Principles of the Social Market Economy — its Origins and Early History. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, [s. l.], v. 135, ed. 3, p. 405–425, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40750151>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. *International Organization* (00208183), [s. l.], v. 46, n. 2, p. 391, 1992. DOI 10.1017/S0020818300027764. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bsu&AN=9209212886&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ZELLER, Kathrin. O acordo social na Alemanha: garantia de progresso e desenvolvimento? 09º Fórum de Economia da Fundação Getulio Vargas. São Paulo: FGV, 2012. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16864>>. Acessado em 23 abr. 2021.